

# Painéis de violência e vexames



**Newton Rodrigues**

**O** País assistiu, nos últimos dias, entre perplexo e revoltado, a uma série de acontecimentos que formalizam o crescente distanciamento entre os poderes constituídos e a população. Um dos indícios mais condenáveis desse estado de coisas foi o desprezo do governo, da mídia eletrônica e da imprensa, pela passagem de mais um aniversário da execução de Tiradentes, o mártir símbolo de nossas aspirações independentistas. A zoada em torno da chegada das naus cabralinas, há 500 anos, dominou o noticiário e as movimentações oficiais. Era como se a sombra do alferes se tivesse tornado insuportável ao estilo adotado para festejar um acontecimento que há muito deixara de ser feriado. Mesmo em Minas, o governo Itamar arranhou meios de transferir as homenagens a Joaquim José da Silva Xavier, sob pretexto de a data coincidir com a Sexta-Feira da Paixão, como se fossem contraditórios seu martírio e o do Cristo.

As atenções oficiais restringiram-se aos programas para Porto Seguro, com ênfase nos meios e modos de impedir que índios, negros e trabalhadores de várias origens apresentassem pacificamente seus protestos e reivindicações. Fez-se grande mobilização militar de proteção a Fernando Henrique Cardoso, capaz de dar inveja aos antigos czares de todas as Rússias. O resultado desse formato comemorativo não se fez esperar. Ante-

cedida pela invasão policial à reserva indígena de Coroa Vermelha, onde a PM baiana destruiu monumento de

protesto ao tratamento dado aos índios no curso de 500 anos, a força agiu violentamente, proibindo a marcha dos manifestantes, do que resultou, segundo os dados divulgados, em 65 feridos e 141 presos.

O general Cardoso, que parece tornar-se eminência parda do chefe do governo, apesar disso tudo, elogiou a ação da PM baiana, o que não chega a espantar, depois que o chefe do Exército lançou documento exaltando o golpe militar de 1964. Curiosamente, em declarações posteriores, reconheceu que o presidente da República nunca esteve ameaçado. Ainda assim, insistiu na defesa das violências da polícia que classificou de preventivas, sendo acompanhado nessa linha de justificava pelos ministros Greca e Weffort, este "licenciado" do PT.

Os festejos do quingentésimo aniversário da chegada das primeiras naus portuguesas ao nosso litoral esmeraram a m - s e n a subalternidade saudosista adotada pela progra-

## O esquema para proteger o presidente daria inveja aos antigos czares russos

mação e no comportamento generalizado das autoridades, inclusive do presidente da República. Nenhum país do hemisfério adotou a prática de saudar a chegada a suas costas das naus européias. O Brasil, por motivos decorrentes até da conservação da dinastia dos Bragança, mesmo depois da In-

dependência, tomou esse vezo e durante muito tempo teve a chegada cabralina como feriado nacional, depois abolido. Agora, desnecessariamente desatou-se enorme e caríssima propaganda, de estilo inaceitável e historicamente mal fundamentada, não faltando ensaios falhos, como o da caravela aqui construída, que não pôde ser utilizada em tempo hábil porque ameaçava adernar. Se desejavam fazer tal teatralização, o natural seria que o barco fosse construído em Portugal e a suas expensas, saindo de onde partira Cabral. Pelo menos não teria havido o fiasco, causado, segundo irônica senhora minha amiga, por terem feito uma caravela para mares em calmaria.

Vá lá que alguém festejasse o velho feito, desde que limitado ao aceitável e moderado. Em lugar disso, encenou-se um festego de sotaque neocolonialista. As críticas aqui e em outros lugares e por outros meios não tiveram, nem têm, o sentido de hostilizar Portugal ou os portugueses, dos quais herdamos traços fundamentais de nossa nacionalidade, inclusive a língua, enorme contribuição genética e a influência da religião majoritária, mesclada a outras crenças, sobretudo africa-

nas e indígenas. Visaram e visam, apenas e com razão, impedir que se obscureça a contribuição não menos importante das raças escravizadas pelos colonizadores. O minucioso sacerdote e cronista português Antonil, ao escrever sobre o Brasil no século 17, definiu-o como inferno dos negros, purgatório

dos brancos e paraíso dos mulatos e mulatas. Da índia não se lembrou no conceito.

Fernando Henrique Cardoso condenou as violências em declarações posteriores, mas longe de serem bastantes. Afinal, os indícios do que terminou ocorrendo estavam diariamente nos jornais e nas tevês, sem nenhuma atuação presi-

dencial para impedi-los. Tristezas não pagam dívidas e as que temos com os índios são ainda mais causticantes que as assumidas

com os bancos e organismos internacionais. Mesmo depois das violências públicas e das violações do direito constitucional de ir e vir, ele preferiu ficar na bucólica ilha Comandatuba, entregando o assunto ao governo da Bahia, ao ministro Greca e, sobretudo, ao general Cardoso. Lamentar é fácil, mas o importante é agir competentemente.

Do ponto de vista promocional, dois fatos se evidenciam: a perda de popularidade presidencial agravou-se e os manifestantes conseguiram um êxito maior do que poderiam esperar, graças à inevitável repercussão nacional e internacional dos acontecimentos. Mesmo nas hostes governamentais, à exceção da banda de música de sempre, com destaque para o general Cardoso, os ministros Greca e Gregori e Antônio Carlos Magalhães, o constrangimento foi grande. Nesse clima, a demissão de Carlos Marés, presidente da Funai, em protesto aos atos praticados e com acusações diretas de omissão do presidente da República, foi um gesto positivo. Sendo o

pedido de demissão irrevogável anunciado por ele mesmo, o ato oficial tornou-se mero remendo burocrático. Fernando Henrique, muito ao seu estilo, apressou-se em prometer dezenas de novas reservas indígenas e medidas de apoio às tribos às quais não basta a concessão formal de territórios para sobreviverem

como fósseis sociais, sob o ataque permanente de grupos cobiçosos.

Há em curso projeto oficial para mudanças no estatuto indí-

gena, o qual, a par de conceder-lhes alguns novos direitos, abolindo a tutela existente, apresenta, segundo autoridades no assunto, possibilidades de novas explorações às comunidades. Disso resulta a necessidade incontornável de evitar mudanças a toque de caixa, sem amplo debate com a sociedade e, principalmente, com os próprios indígenas remanescentes. Sem isso, assistiremos a mais um engodo e a novas formas de violência.

As promessas que mais uma vez partam do governo apresentam escassa confiabilidade. Agora mesmo, depois de solene compromisso formal entre os partidos oposicionistas e os governistas para que, em troca da votação do Orçamento, fosse votada hoje a medida provisória sobre o salário mínimo, o acordo está tido como não-válido pelos mesmos líderes governistas que o negociaram. Se coisas assim são feitas às escâncaras com forças parlamentares que têm meios de retaliar, o que esperar de promessas aos índios? ■